

## **UMA PERSPECTIVA ERGODIALÓGICA SOBRE A ATIVIDADE DE EDITORES, PREPARADORES E REVISORES NA PRODUÇÃO DE LIVROS**

José de Souza Muniz Júnior<sup>1</sup>

### **Introdução**

O trabalho do revisor é aplicar as normas gramaticais e editoriais ao texto, adequando-o ao público a que se destina. A banalidade dessa definição obscurece a complexa atividade dos profissionais dedicados ao ofício de intervenção nos textos (IT). Este relato de pesquisa sobre o cotidiano de editores, preparadores e revisores desloca o olhar da relação sujeito–texto para as relações sujeito–sujeito. A matriz teórica vem de duas frentes: os estudos discursivos, em especial de Bakhtin; e os estudos do trabalho, particularmente a abordagem ergológica. Desse cruzamento surge esta proposta: em busca do sentido dessa atividade e de sua historicidade, a análise recai não sobre as emendas em si, mas sobre os laços que o sujeito estabelece (ou rompe) entre o texto-base da intervenção e as normas engajadas em sua atividade.

### **Trabalho: a perspectiva ergológica**

O trabalho desperta interesse em diversas disciplinas. Há, em todas elas, abordagens críticas que veem no trabalho não apenas fonte de realização, prazer e satisfação das necessidades, mas também sofrimento e desvalor. Esse duplo aspecto passa, então, a demandar elaborações teóricas e metodológicas capazes de dar conta das variadas formas nas quais esse objeto se apresenta à reflexão. A perspectiva ergológica nasce dessa preocupação em renovar os modos de ver o trabalho e o cotidiano do trabalhador. Ela se propõe uma análise pluridisciplinar da atividade; para isso, se vale da ergonomia, da psicodinâmica do trabalho, da sociologia, da filosofia e da linguística, entre outras disciplinas.

“Trabalhar” é, dentro desse ponto de vista, preencher a lacuna entre o prescrito e o real. Isso dá ao trabalho um caráter de imprevisibilidade: “o que é preciso fazer para preencher esta lacuna não tem como ser previsto antecipadamente. O caminho [...] entre o prescrito e o real deve ser, a cada momento, inventado ou descoberto pelo sujeito que trabalha” (Dejours, 2004, p.28). O trabalho não se confunde com as prescrições. Há um hiato intransponível entre aquilo que se estabelece como dever-fazer e o que é possível de ser feito.

Há prescrições que provêm dos estratos hierárquicos superiores, materializadas e codificadas em regulamentos. Mas há também aquelas que surgem nas próprias situações de trabalho, elaboradas por um coletivo, pelo próprio trabalhador ou das contingências que se colocam no momento da própria atividade. Em grande medida, trabalhar é pôr em confronto essas diferentes prescrições, arbitrando sobre o peso delas em cada decisão a ser tomada.

Para compreender o sujeito que trabalha, tendo em vista esse conflito que lhe cabe gerir, é preciso notar que o contexto em que ele se situa é complexo: “Estamos sempre em situações de trabalho que têm histórias, particularidades, dentro de relações

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências da Comunicação pela USP. E-mail: jmunizjr@gmail.com

econômicas em que as exigências e as formas de regulação continuam a pesar” (Schwartz em Schwartz e Durrive, 2007, p.28). O estudo do trabalho deve ter como centro as situações particulares, sempre com referência aos ambientes institucionais. Nesse cruzamento, o trabalho surge como debate de normas, instância em que o sujeito confronta suas concepções às normas antecedentes. Com isso, o trabalhador busca preservar-se, ao mesmo tempo que se esforça para fazer o melhor:

Trabalhar bem implica infringir as recomendações, os regulamentos, os processos, os códigos, as ordens de serviço, a organização prescrita. Ora, em numerosas situações de trabalho, o controle e a vigilância dos gestos, dos movimentos, dos modos operatórios e dos procedimentos, são rigorosos, se não severos. De sorte que a inteligência no trabalho está, constantemente, condenada à discricção, até mesmo à clandestinidade [...] (Dejours, 2004, p.30)

A ergologia reconhece no trabalhador um sujeito que não existe simplesmente para cumprir tarefas. Isso exige adentrar o fazer de sempre, assumir incertezas e variabilidades, conflitos resolvidos e pendentes. Nesse lugar, para Lukács, ocorre “a mediação objetivo-ontológica entre a simples reprodução espontânea da existência física e as formas mais altas de genericidade” (*apud* Antunes, 1999, p.169). Isso torna o cotidiano um lugar rico para entender as formas de consciência do trabalhador em meio ao debate de normas. Esse debate é traço das relações de hegemonia com que ele se defronta não apenas no trabalho, mas na vida: “Há sempre, nas situações e práticas conflituosas, a indocilidade dos indivíduos que tomam as regras de julgamento que clivam os seus corpos e os constituem, voltando-as contra o poder” (Rosa, 1994, p.4). Nessas dramáticas do dia a dia, o sujeito confronta valores e transforma-se a si mesmo. Esse ponto de vista permite perceber as circulações entre o prescrito e o real não só como jogo de interesses antagônicos, mas como eterna busca de sentidos do sujeito naquilo que faz: o trabalho “é lugar de uma dramática singular, em que cada protagonista negociaria a articulação dos usos de si por ‘outros’ e ‘por si’” (Schwartz, 2004, p.41-42).

A perspectiva ergológica alimenta-se dessas relações para entender as coerções, vivências e aspirações do homem, reconhecendo a inteligência enraizada em seu corpo e em seu psiquismo. Reconhece-a não para se apropriar dela, como o capital, mas para valorizá-la e para buscar uma nova consciência sobre o trabalho. A ergologia, embora não tenha a pretensão de devolver ao homem o produto do trabalho, busca recuperar a percepção dessa genericidade, deslocando o discurso sobre o trabalho das competências individuais para a esfera da participação coletiva, do trabalhar junto. Nesse âmbito, a linguagem também joga seu papel.

### **Linguagem: a perspectiva dialógica**

Se, por um lado, o trabalho é a instância primeira de mediação entre o homem e a natureza, a linguagem é seu correspondente na necessária mediação dos homens entre si. Ela estende a ligação que o homem estabelece, pelo trabalho, com as esferas objetiva e subjetiva de sua existência. Essa homologia faz pensar tanto a linguagem quanto o trabalho como instâncias que constituem o homem. Logo, ela também pode ser vista sob a perspectiva da criação de valores do ser genérico: “O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana” (Orlandi, 2007, p.15). Então, o discurso

deve ser entendido como “forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (Fairclough, 2001, p.90). Sobre essas bases a linguagem será pensada como produção da humanidade — e, por isso, marcada por suas contradições. A perspectiva discursiva é, pois, aquela que “trata da *determinação histórica dos processos de significação*” (Orlandi, 1987, p.12). Suas contribuições têm sido incorporadas a diversas ciências humanas: reconhece-se o papel do discurso em constituir relações sociais e de poder, e vice-versa. Isso se deve ao alcance dessa teoria em revelar que um texto, “enquanto ‘fechado’, não pode nos dizer exatamente o aberto de onde ele vem, o aberto de suas leituras possíveis, o aberto do qual ele não fala” (Françóis, 1997, p.201). O trabalho de Bakhtin se destaca pelas “noções de *reflexo* e *refração*, que propõem o discurso tanto como um campo de observação do que ocorre nas relações sociais, como um processo constitutivo delas” (Voese, 2007, p.272).

Para compreender como os sentidos se produzem, não basta olhar para a situação imediata da interação: deve-se olhar o contexto histórico-social mais geral. A enunciação está “indissoluvelmente ligada às condições de comunicação, que por sua vez estão sempre ligadas às estruturas sociais” (Brait, 1997, p.98). Disso deriva a fórmula: o enunciado pode ser o mesmo, mas a enunciação é sempre única. O estudo das discursividades exige olhar não só para o dito, mas também para o dizer (Maingueneau, 2008, p.19), sinalizando duplamente para o movimento e para a estabilização. Isso explica por que a mesma palavra produz sentidos diferentes quando dita por sujeitos distintos, mesmo dentro do mesmo campo discursivo, ou por que os mesmos sentidos habitam palavras diferentes ao longo da história.

Interrogar pelas condições de produção do discurso exige pensar quais fios ideológicos um sujeito pode/deve incluir no enunciado e como esses fios serão sustentados ou rompidos no discurso, dada a situação em que esse sujeito enuncia e as determinações sócio-históricas em que ele vive. O mesmo se aplica à recepção: a interpretação, que também é produção de sentidos, está condicionada por esses fatores. Além das condições materiais (os aparatos técnicos disponíveis, por exemplo), há de se ter em mente os meandros de poder nos quais a produção de sentido se faz. Porque esses meandros de poder não são fixos, mas da ordem de uma hegemonia que se faz e refaz constantemente, os lugares dos quais os sujeitos enunciam e coenunciam não são fixos. As relações se transformam, mudando também o investimento ideológico dos discursos: “o sujeito pode assumir diferentes estatutos no interior do discurso, porque não é marcado pela unidade, mas sim pela sua dispersão. Dispersão que reflete a descontinuidade dos planos de onde fala, em decorrência das várias posições possíveis de serem assumidas pelo falante” (Brandão, 1997, p.283) - e pelo ouvinte, vale acrescentar.

É tarefa do analista buscar as relações que um enunciado possui tanto com os que lhe servem de base ou de contraponto, quanto com aqueles que, no mesmo contexto, estão dizendo algo *com* ele ou *contra* ele. Trata-se de buscar redes de sentido que nos escapam, constituindo os dizeres à revelia dos sujeitos. Os conceitos de dialogismo e interdiscurso podem ser úteis nesse tipo de investigação. O primeiro deles remete o analista à abertura do discurso para uma memória – aquilo que foi dito antes, fios ideológicos que ele retoma, rebate, incorpora. Dessa abertura é possível vislumbrar também como a memória está sendo discursivizada por outros sujeitos, constituindo uma regularidade. Remete também ao que vem depois: os outros inscritos no que o eu diz e os sujeitos a quem esse eu se dirige. “As palavras são tecidas a partir de uma

multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (Bakhtin, 2006, p.42).

Tal princípio está para além dos diálogos em sentido estrito. As conversações podem constituir unidades de análise sob essa perspectiva, mas não apenas porque um dizer molda o outro instantaneamente, como estímulo de resposta. Em vez disso, é preciso olhar para um diálogo como contato entre diferentes memórias discursivas, em que os dizeres afetam as memórias uns dos outros, reforçando-as ou transformando-as. Quando Bakhtin diz que “[só] a corrente da comunicação verbal fornece à palavra a luz da sua significação” (2006, p.137), refere-se a uma cadeia que transcende a situação imediata: essa corrente inclui dizeres do passado e do futuro que estão presentificados numa interação. A língua deixa de ser vista como um sistema abstrato, ideal, para ser entendida como condição de possibilidade do discurso. Os dizeres particulares dos sujeitos passam de formas desviantes em relação a esse sistema para se tornar o lugar onde esse sistema se faz e refaz cotidianamente. “A língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta, não no sistema lingüístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes*” (idem, p.128). Esse movimento da língua é, ele próprio, sinal de que a ideologia está incidindo sobre os dizeres - incluindo aquilo que dizemos em silêncio, para um outro que instauramos em nós.

Por isso a linguagem é opaca: quando uma pessoa diz algo, está não só respondendo a uma pergunta ou demanda do interlocutor concreto ou imaginário. Está também respondendo dizeres do passado, retomando-os para negá-los ou confirmá-los; “cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais” (idem, p.67). Essa arena não é só a copresença de interlocutores em situação de polêmica, mas algo que é constitutivo do discurso. Se um enunciado parece centrado em si, alheio a outros que lhe contrapõem, não é porque está à parte dessa arena, mas porque é hegemonicamente dominante e, como tal, foi capaz de apagar as dissonâncias. Disso resulta a importância de outro princípio - o primado do interdiscurso, que Maingueneau sintetiza assim: “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (2008, p.20). A partir dessa orientação, o analista dá prioridade à abertura de um discurso para outros. Caso contrário, ele corre o risco de limitar-se aos aspectos imediatos da interação. Afinal, “a complexa configuração interdependente de formações discursivas tem primazia sobre as partes e as propriedades que não são previsíveis das partes” (Fairclough, 2001, p.95). Tal interdependência regula a produção dos sentidos não apenas na emissão, mas também na recepção: ela se pauta por convenções dadas por outros dizeres. Há uma memória discursiva “sustentando cada tomada da palavra” (Orlandi, 2007, p.31). Essa noção é compatível com a ideia de que a linguagem é também trabalho: ela é condicionada por discursos que funcionam como convenções, protocolos de como enunciar e coenunciar.

É necessário regular a interpretação dos textos a partir da dramática relação entre um evento discursivo e as estruturas dentro das quais ele adquire contorno. É nesse sentido que se deve pensar a “ideologia do cotidiano” (Bakhtin, 2006, p.37) não como algo gestado a partir das relações ordinárias, mas como a retomada de sistemas ideológicos constituídos e de elementos da vida em movimento para compor algo que é velho-e-novo, o que o autor chama de “acontecimento aberto da vida” (*apud* François, 1997, p.221). Para lidar com a natureza heterogênea das práticas discursivas, é preciso ver as enunciações não só como a reprodução de discursos anteriores, mas como

reelaboraões que conferem sentido às práticas sociais cotidianas. “Com um novo foco sobre o ‘evento’ discursivo particular, emerge uma visão dialética, e a possibilidade de transformações torna-se inerente à natureza heterogênea e contraditória do discurso” (Fairclough, 2001, p.56). Isso requer perceber as reapropriações como atividades de coenunciação: a recepção não se faz pela mera reprodução de um discurso exterior como discurso interior. É como se, em vez disso, em toda recepção houvesse uma “emissão para si”, numa cadeia contínua e ininterrupta.

### **Uma nova perspectiva sobre a intervenção nos textos**

O ato de dizer instaura um outro, a quem a palavra do eu se dirige. “Esse enfoque dialógico, espécie de posição interpretativa, é possível a qualquer parte significativa do enunciado, inclusive a uma palavra isolada, se essa palavra for signo da posição interpretativa de um outro” (Castro, 1997, p.129-30). Essa observação é fundamental para este trabalho: mesmo quando não se trata de um enunciado completo, é possível adotar como categoria de análise o aspecto dialógico do discurso, que lhe é constitutivo. Isso dá subsídios para enfrentar toda e qualquer intervenção (seja ela um simples sinal de acentuação ou uma inversão de períodos) a partir do pressuposto de que há outros inscritos na textualização. É preciso ter em mente, se queremos desvendar os fios ideológicos da intervenção nos textos, que o discurso “não é um conjunto de textos, mas uma prática” (Orlandi, 2007, p.71).

Penso a IT a partir de sua regularidade, isto é, como prática languageira historicamente consolidada em contextos institucionais específicos. A unidade de análise não é o texto sobre o qual incidem as intervenções, nem as normas nas quais se baseiam essas intervenções, mas a intersecção entre textos e normas. Por isso, a centralidade que assumem aqui o dialogismo e o primado do interdiscurso. Quando faz uma emenda, o profissional está (i) retomando dizeres das prescrições (dicionários, gramáticas, manuais da editora, da coleção ou do coletivo, regras do gênero etc.); (ii) dirigindo-se a interlocutores que terão acesso direto a suas emendas: chefias, autores, colegas, diagramadores etc.; (iii) dirigindo-se, ao habitar a própria autoria, aos leitores/consumidores finais do livro em questão. Estas são, então, as camadas dialógicas que compõem o trabalho de IT. A vantagem dessa perspectiva é trazer à superfície vozes antagônicas que não aparecem de imediato. Isso põe em cena conflitos que subjazem à atividade do profissional ao confrontar normas.

O primado do interdiscurso adquire importância na medida em que o trabalho de IT se dá no encontro entre discursos autorais e discursos normativos. Penso, aqui, em memórias discursivas convocadas pela atividade. Elas não são postas em contato apenas no ato da IT: elas já estão em conflito, constituem-se a si mesmas por meio desse confronto. Elas compõem “o saber que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (Orlandi, 2007, p.31).

A perspectiva dialógica, aplicada ao estudo da IT, encontra a perspectiva ergológica porque a *norma* é um *dispositivo de prescrição organizado discursivamente*. Ela pode se organizar explicitamente (como em gramáticas e manuais de redação) ou tácita (regras do gênero, costumes do coletivo, rituais específicos sobre quem faz o quê, quando e como). As normas estão sempre lá, inscritas nas microdecisões, porque são o ponto de partida de qualquer atividade. E elas só podem ser pensadas a partir das condições históricas em que foram engendradas e nas quais continuam produzindo

sentidos. Elas fornecem diretrizes para a atividade e revelam o caráter coletivo do trabalho por meio das vozes normativas de outros eus que deixaram seu registro de ação e coerção no decorrer do tempo: “um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. [...] Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (Orlandi, 2007, p.39). Em certa medida, a polifonia das normas é reveladora da historicidade do trabalho de IT.

As normas não se confundem com a atividade concreta de IT. Pelo contrário: o ato de revisar, preparar ou editar é sempre uma experiência de renormalização. O sujeito promove, a todo instante, um debate entre as normas da prescrição e as normas que ele carrega consigo de outras vivências, de dentro do trabalho e fora delas:

Em toda situação de trabalho, há sempre uma combinação parcialmente inédita entre as normas antecedentes (todas as prescrições, sobretudo as definidas pela hierarquia: manuais, instruções técnicas, etc.), os materiais e os objetos técnicos [...] e os saberes acumulados pelo indivíduo e pelo microcoletivo, cada qual com sua história. (Souza-e-Silva, 2008, p.16)

Esse confronto está ligado às condições particulares em que ele acontece. Ao priorizar a atividade como unidade de reflexão, o que se faz não é excluir a prescrição, mas incorporá-la ao debate de normas. De acordo com Faïta (1997, p.171), “as normas, as restrições que regem as formas, constituem o quadro com e no qual se materializa a multiplicidade de trocas constitutivas de toda atividade”. Vale repetir, o trabalho é sempre uma gestão que o sujeito opera com a defasagem entre o prescrito e o real, na medida em que o primeiro jamais cobre a imprevisibilidade do segundo. Esse princípio nos faz retornar ao primado do interdiscurso: “a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (Maingueneau, 2008, p.20). Se a atividade é um debate de normas e as normas têm natureza discursiva, é conveniente que o analista coloque sobre a mesa não simplesmente a incidência de uma norma sobre um texto, mas as relações entre diferentes normas e o modo como elas afetam um texto ao afetarem-se umas às outras.

Como dispositivo de prescrição organizado como discurso, a norma carrega consigo a marca de determinadas relações sociais, identidades e sistemas de conhecimento e crença. E, se a atividade de trabalho é sempre um debate de normas, ela é também constituída por um conflito de valores. Para se valer de uma ou outra norma, o sujeito considera - mesmo sem se dar conta disso - os outros de seu discurso (e ele faz isso sob determinadas condições). É com base no que conhece ou supõe dessas instâncias de recepção (expectativas, características sociais e cognitivas, modos de circulação etc.) que ele mobiliza certos elementos normativos e descarta outros. Com isso, ele tem em vista uma adesão, que também é específica de acordo com cada instância de recepção. A multiplicidade de outros a quem o discurso do sujeito de IT se direciona é fonte de conflitos, porque pode pôr em contato diferentes valores.

Analisar a IT sob uma perspectiva ergodialógica possibilita compreender que os textos não são fruto de um sujeito em cuja consciência muitas vozes sociais se cruzam em polifonia. Temos um problema mais complexo: vários sujeitos incidem sobre o texto, a partir de seus respectivos repertórios, valores, condições. E, sob a superfície do texto acabado, ocultam-se conflitos, silenciamentos, resistências e insistências. Tendo em vista esses princípios, confronto dois modelos de compreensão da IT. O primeiro resume o senso comum sobre a IT:

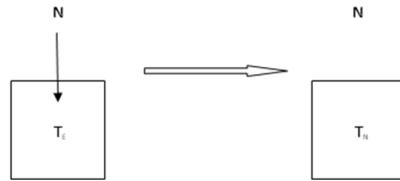


Figura 1

No esquema acima, evidencia-se uma simplificação absoluta: o sujeito aplica uma norma a um texto, para expulgar desse texto um erro (ausência da norma). Essa operação altera o estatuto do texto, que passa a poder ser considerado um texto normatizado. Nesse construto, o sujeito não se deixa perceber, porque se encontra assujeitado pela norma. Do mesmo modo, é impossível vislumbrar uma possibilidade de mudança que não seja a da não aplicação dessa norma. Em contraponto, é possível fornecer o seguinte esquema, em que (i) as normas são organizadas discursivamente e (ii) a atividade é sempre um debate de normas:

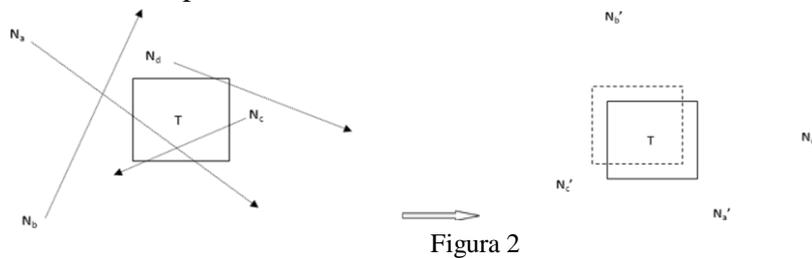


Figura 2

O esquema acima serve para ilustrar três derivações teóricas: (i) Nunca existe apenas uma norma: há sempre muitas normas, muitos jeitos de fazer, e a atividade de trabalho as põe em confronto. Isso ocorre mesmo quando a situação faz crer que há apenas uma norma. Essa “ilusão” deriva do fato de que uma norma se sobreponha a outras como hegemônica. (ii) À medida que a atividade de trabalho põe as normas em confronto, elas atravessam (afetam) o texto de diferentes maneiras. Isso mostra a hegemonia entre discursos normativos. (iii) O debate de normas na atividade de IT muda não só o estatuto do texto, mas também o estatuto das normas. Se uma norma que é hegemônica perde terreno, na atividade, para outra que não é, produz-se uma alteração no estado das forças entre as normas. Se, por outro lado, uma norma hegemônica impõe-se sobre as outras, seu estatuto é sustentado pela atividade.

Esse modo de ver a IT condiz com a perspectiva ergológica e com o primado do interdiscurso: as interferências sobre o texto do outro têm sentido porque estão relacionadas com os discursos normativos postos em jogo na atividade. O investimento ideológico da IT como atividade socialmente orientada não está no conteúdo da intervenção em si, mas nos laços que o sujeito estabelece ou rompe entre o texto-base da intervenção e as normas engajadas em sua atividade. Essa perspectiva teórica desloca o olhar, que tradicionalmente tem se dirigido para a relação sujeito–texto, para a relação sujeito–sujeito, que se materializa por meio do texto. Este é percebido aqui não como o centro, mas como parte de uma prática discursiva que, por sua vez, se insere dentro de uma prática social específica.

É preciso considerar de que modo o sujeito conecta as normas colocadas pelo texto (as do gênero, por exemplo) e as normas externas ao texto (gramáticas, manuais de estilo etc.). Dar a ver os processos que estão na base dessa relação é tornar visível o investimento ideológico da IT. Afinal, “[as] ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, e as pessoas podem achar

difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos” (Fairclough, 2001, p.120). Por isso é importante dar centralidade ao cotidiano profissional na produção de livros: ali se dão conflitos, decisões, concessões que contribuem para sustentar ou transformar as relações entre os discursos sobre a linguagem. É necessário levar em conta “o quadro das instituições em que o discurso é produzido, as quais delimitam fortemente a enunciação; os embates históricos, sociais etc. que se cristalizam no discurso; o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso” (Brandão, 2004, p.17).

Do mesmo modo, é fundamental pôr em destaque as decisões cotidianas que engendram algum tipo de mudança discursiva, que “ocorre mediante a reconfiguração ou a mutação dos elementos da ordem de discurso que atuam dinamicamente na relação entre as práticas discursivas” (Magalhães *in* Fairclough, 2001, p.12). À dialética estrutura/acontecimento, nos termos da perspectiva discursiva, corresponde a dialética entre macro e micro da atividade, na perspectiva ergológica. O acontecimento industrioso-discursivo revela os investimentos ideológicos a partir do cotidiano, em sua relação com os sistemas ideológicos constituídos. Nesses trânsitos, é possível buscar a historicidade da intervenção nos textos.

## Referências

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BAKHTIN, M.M. [VOLOCHINOV, V.] *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BRAIT, B. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. *In: \_\_\_\_*. (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- BRANDÃO, H.H.N. Escrita, leitura, dialogicidade. *In: BRAIT, Beth* (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- BRANDÃO, H.H.N. *Introdução à análise do discurso*. 2.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.
- CASTRO, M.L.D. A dialogia e os efeitos de sentido irônicos. *In: BRAIT, Beth* (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. *Revista Produção*, São Paulo, v.14, n.3, p.27-34, set.-dez. 2004.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- FAÏTA, D. A noção de “gênero discursivo” em Bakhtin: uma mudança de paradigma. *In: BRAIT, Beth* (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- FRANÇOIS, F. “Dialogismo” e romance ou Bakhtin visto através de Dostoiévski. *In: BRAIT, Beth* (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- ORLANDI, E.P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2.ed. rev. e aum. Campinas: Pontes, 1987.
- ORLANDI, E.P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7.ed. Campinas: Pontes, 2007.
- ROSA, M.I. *Trabalho, subjetividade e poder*. São Paulo: Edusp/Letras e Letras, 1994.



SCHWARTZ, Y. Circulações, eficácias, dramáticas da atividade industriosa. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p.33-55, 2004.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói: EdUFF, 2007.

SOUZA-E-SILVA, M.C.P. Atividade de linguagem, atividade de trabalho: encontro de múltiplos saberes. *Revista Intercâmbio*, vol. XVIII, p.1-21, 2008.

VOESE, I. O discurso como martelo e superfície ou como (não) silenciar inquietações. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, Tubarão, v.7, n.2, p.271-292, maio/ago. 2007.